

Ao



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Divisão de Apoio Técnico Administrativo

Ref. Pregão Eletrônico nº 02/2023
Processo Administrativo nº 08004.001044/2022-42
Nota técnica nº 20/2023/DIATA/CGAE/SAA/SE/MJ

MARCENARIA SULAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Caxias do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 89.278.519/0001-40, com sede na cidade de Caxias do Sul, RS, na Rua Nestor Moreira nº 631, **empresa com 45 anos de mercado, tradicional fornecedora de divisórias piso teto e mobiliários para instituições como Banco do Brasil S.A., Petrobras, Caixa Econômica Federal, Tribunais de Justiça e diversos Ministérios, entre outros**, por seus representantes legais infra firmado, vem muito respeitosamente apresentar, através do presente documento e de forma tempestiva, RESPOSTA À DILIGÊNCIA no âmbito do pregão em epígrafe contra a sugestão da nota técnica expedida pela Divisão de Apoio Técnico Administrativo.

Vale lembrar que a Lei de Licitações, em seu artigo 3º, § 1º, inciso I é explícita vedando aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo (...).

Condutas essas, que podem ser consultadas internamente pelo órgão licitante, ou ser objeto de representação ao TCU, o qual veda expressamente a exigência de Atestados de Capacidade Técnica, entendendo como restrição a competitividade a exigência de documentação que comprove venda de produtos idênticos aos licitados, devendo serem aceitos produtos similares.

Vejamos:

“A inserção nos editais de licitação de exigência de comprovação de capacidade técnica, seja sob o aspecto técnico-profissional ou técnico operacional, exige motivação e demonstração, tecnicamente, que os parâmetros fixados são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implica restrição do caráter competitivo do certame.”

Salientamos ainda que a Lei 8666/93 prevê a similaridade dos atestados de capacidade técnica no parágrafo 3º do Caput do Art. 30.

§ 3º – Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares (grifo nosso) de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Para esclarecer melhor a questão de similaridade de atestados de capacidade técnica vejamos o posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU.

Acórdão 449/2017 – Plenário | Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Acórdão 361/2017 – Plenário | Ministro Vital do Rego

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro Marcos Bemquerer

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.

Acórdão 1168/2016 – Plenário | Ministro Bruno Dantas

Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.

Acórdão 553/2016 – Plenário | Ministro Vital do Rego

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

No caso dos autos notem que fica claro a posição do TCU, ou seja, os atestados devem comprovar que a licitante tem aptidão na gestão da prestação dos serviços e não especificadamente a cada item do objeto licitado.

Não resta o que duvidar de uma empresa com mais de 45 anos de mercado que já forneceu o mesmo produto satisfatoriamente a diversos órgãos públicos, tais como Banco do Brasil, Petrobras, Caixa Econômica Federal, Tribunais de Justiça e diversos Ministérios, para diversos segmentos, como escritórios, auditórios, salas, de reuniões, hospitais e instituições financeiras.

Desta forma, em apertada síntese, temos que a licitante, apresentou todas as informações e documentos em consonância com o que preceitua o edital e o termo de referência comprovando aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis conforme as necessidades das dependências do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, conforme o objeto desta licitação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Caxias do Sul, 03 de março de 2023.



MARCENARIA SULAR LTDA.
JULIANA SOARES CANEVESE
RG: 1102092713
CPF: 018.557.020-88



MARCENARIA SULAR LTDA.
SÉRGIO CANEVESE
RG: 1018964633
CPF: 223.769.500-82